

A ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA: EPISTEMOLOGIA, METODOLOGIA E ESTADO DA ARTE¹

Rômulo Carvalho Cristaldo²

<http://dx.doi.org/10.1590/1413-2311.330.109072>

RESUMO

Este artigo visa contribuir para a apreciação e sistematização da produção de conhecimento a partir do movimento da administração política. O objetivo principal é o de mapear o alcance e as características da perspectiva estudada por meio de um estudo bibliométrico. Para tanto, elaborou-se uma exposição do volume e vazão da produção sobre administração política no Brasil. Além disso, foram analisados aspectos metodológicos e epistemológicos das publicações. Chega-se à conclusão que a administração política é uma abordagem sociológica híbrida, na qual a matriz analítica se apresenta como dominante. pode-se afirmar que se trata de um campo em seus estágios iniciais de desenvolvimento, com comprovações empíricas ainda incipientes e predominância de estudos ensaísticos, teóricos ou exploratórios.

Palavras-chave: Administração Política. Gestão. Estado. Epistemologia. Metodologia.

THE POLITICAL ADMINISTRATION: EPISTEMOLOGY, METHODOLOGY AND STAGE OF ART

This paper aims to understand and categorize the scientific production of the Political Administration. The main idea is to build a state of the art of the concept in order to characterize its contribution drawing an overview of its development, thru bibliometrics analysis. Therefore, it was measured the volume and the journals in which their production becomes known in Brazil. Then, it was analyzed its methodological and epistemological features. The major findings concern to show that, first, the political administration movement is a hybrid sociological approach—in which the analytical matrix seems to be dominant—and, the Political Administration Movement appear in its first developments, with meager empirical evidence in where speculative, exploratory, and essayistic procedures are the mains methods employed.

Keywords: Political Administration. Management. State. Epistemology. Methodology.

¹ Recebido em 9/11/2020, aceito em 29/9/2021.

² Universidade Federal da Grande Dourados – Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia; Dourados – MS (Brasil); <https://orcid.org/0000-0001-6073-6413>; romulocrystaldo@gmail.com.



LA ADMINISTRACIÓN POLÍTICA: EPISTEMOLOGÍA, METODOLOGÍA Y EL ESTADO DEL ARTE

Este *paper* asume el objetivo de comprender y categorizar la producción científica de la Administración Política. La idea principal es construir un estado del arte del concepto caracterizando su contribución bajo una visión general de su desarrollo. Por tanto, se realizó un estudio bibliométrico a partir del cual se midió el volumen y las principales revistas en que se publican su producción en Brasil. Además, se analizaron sus características metodológicas y epistemológicas. Las principales conclusiones muestran que el movimiento de la administración política es un enfoque sociológico híbrido donde la matriz analítica parece ser dominante. Además, el Movimiento de Administración Política aparece en sus primeras etapas de desarrollo, con escasa evidencia empírica, en el cual los trabajos ensayísticos, exploratorios y especulativos son los principales métodos empleados.

Palavras Clave: Administración Política. Gestión. Estado. Epistemología. Metodología.

INTRODUÇÃO

Na medida em que a ciência da administração se desenvolve epistemológica e metodologicamente (SERVA, 2017), cresce em sincronia a percepção de que categorias como gestão, organizações ou tomada de decisão, exercem um papel cada vez mais estruturante nas sociedades contemporâneas (KLIKAUER, 2013). Num mundo onde a *rationale* empresarial se impõe como instituição dominante, urge a reflexão acerca de quais as condições dessa dominância ideológica (KLIKAUER, 2019), comportamental (DARDOT; LAVAL, 2016) e material (SAROKIN; SCHULKIN, 2020). Mesmo que o campo da administração, em sua perspectiva dominante (funcionalista), apresente uma limitada capacidade crítica (JUSTEN; DELLAGNELO, 2018).

A concepção de administração política se insere nesse debate, uma vez que propõe uma análise macroestrutural das sociedades e do Estado a partir da gestão (SANTOS, R. S., 2017). A recepção da administração política no campo foi variada, suscitando de críticas — marxista (PAÇO CUNHA, 2019), a partir dos estudos organizacionais (CRISTALDO, 2020) etc. —, até propositivas, sugerindo diálogos como com a cratologia (SOUZA, 2018), as políticas públicas (SANTOS, R. S. *et al.*, 2017), ou o novo-desenvolvimentismo (CRISTALDO; RIBEIRO, M.



M.; PESSINA, 2017), entre outros. De modo que vem se fortalecendo um movimento científico em torno do conceito (SANTANA; PIÁU, 2017).

Essa terminologia, “administração política” (PASTORI, 1998, p. 15), antecede a formação do movimento. A partir de então foi ressignificada para refletir acerca dos aspectos macrossociais da gestão (SOUZA; CRISTALDO, 2017), nomear um novo campo de conhecimento (SANTOS, R. S.; RIBEIRO, E. M.; SANTOS, T. C., 2009) e mesmo suscitar uma agenda crítica de pesquisa (JUSTEN *et al.*, 2017). No entanto, a despeito de inspirar uma já volumosa produção, com raríssimas e ainda incipientes exceções, não se encontram à disposição estudos que sistematizem os avanços do campo. Os esforços de R. S. Santos (2017), R. S. Santos, E. M. Ribeiro e T. C. Santos (2009) ou Santana e Piáu (2017) nesse sentido, embora louváveis, não refletem integralmente o que se tem publicado sobre administração política.

O objetivo geral deste artigo, portanto, é auxiliar a preencher essa lacuna, desenhando um panorama da produção em torno do conceito de administração política, desde seu surgimento no trabalho seminal de R. S. Santos e E. M. Ribeiro (1993) até junho de 2021. Para atender a esse objetivo geral, realizou-se um estudo bibliométrico, a partir dos seguintes objetivos específicos: (i) identificar o volume e a vazão da publicação acadêmica do movimento da administração política; (ii) analisar suas premissas metodológicas e epistemológicas; e (iii) desvelar as formas gerais de produção de conhecimento, suas lacunas e fragilidades a serem enfrentadas no futuro.

Esse procedimento contribui para a administração ao sistematizar o conhecimento de um subcampo potencialmente inovador, estabelecendo assim bases para uma análise mais aprofundada de sua contribuição e pertinência. A seguir, este artigo se estrutura em mais três seções, seguidas das considerações finais. Na seção dois apresenta-se o movimento da administração política: um breve histórico, as ideias centrais, algumas das críticas mais

contundentes e as principais contribuições à ciência da administração. A seção três é dedicada a relatar os procedimentos metodológicos da investigação conduzida. Já na quarta seção apresentam-se os resultados alcançados no estudo bibliométrico, em cinco subseções: recepção e publicações; principais referências e autores centrais; aspectos epistemológicos; temas recorrentes; aspectos metodológicos.

1 O MOVIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA

O *Movimento da Administração Política (MAP)* parte da premissa de que a administração pode se dedicar à descrição e análise de processos macrossociais (SANTOS, R. S. *et al.*, 2017). Isto, pois, a *gestão* — o conjunto de procedimentos e meios que, ao articular relações sociais e fatores de produção, auxiliam na consecução dos objetivos e finalidades particulares e/ou coletivas nas organizações — seria um aspecto estruturante do modo de produção capitalista (CRISTALDO; PEREIRA, 2008). No início dos anos 2000 se formou um movimento acadêmico-intelectual em torno dessa ideia (SANTANA; PIÁU, 2017), inaugurando todo um novo campo de conhecimento (SANTOS, R. S. *et al.*, 2009), como uma alternativa crítica ao pensamento funcionalista nos estudos organizacionais (SANTOS, E. L. *et al.*, 2014).

O conceito de “administração política” surgiu no trabalho pioneiro de R. S. Santos e E. M. Ribeiro (1993),³ mas a estruturação de um grupo formal de pesquisa tardou até a passagem do milênio (SANTOS, R. S., 2009b). Em 2004 organiza-se o livro *Administração Política como Campo de Conhecimento*, dando vazão aos desdobramentos das investigações até então disponíveis (SANTOS, R. S., 2009b). Em 2008, verifica-se um salto no volume de produção

³ O termo “administração política” na ciência política é empregado para a análise de articulação de interesses no Estado (PASTORI, 1998). Algo próximo das noções de governança ou regulação. Porém, credita-se pioneirismo à concepção de R. S. Santos e E. M. Ribeiro (1993), pois utilizam essa terminologia para se referir a algo mais amplo, um tipo de “[...] gestão imanente ou administração política fundamental [...] um padrão na condução dos processos sociais de organização e gestão [...]” (CRISTALDO; PEREIRA, 2008, p. 86).

dedicada ao tema com o surgimento da *Revista Brasileira de Administração Política* (Rebap) (SANTANA; PIÁU, 2017). Outro marco a se destacar é a edição do dossiê temático ‘Administração Política: Ensino, Pesquisa e Prática’ na Farol — Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade, que reúne um rol de dez artigos no campo (SANTOS, E. L. *et al.*, 2017).

Uma primeira ideia central do **MAP** é que a gestão seria, ou deveria ser, o objeto da administração enquanto ciência (SANTOS, R. S. *et al.*, 2009). A gestão se manifestaria concretamente em duas instâncias de ação social. A noção de “administração profissional” (SANTOS, R. S. *et al.*, 2017, p. 943) caracterizaria sua dimensão micro, compreendendo a esfera das técnicas, dos modelos de gerenciamento e da prática administrativa. Já a “administração política” (PAÇO CUNHA, 2019, p. 153), sua dimensão macro, abarcando, de um lado, a gestão das relações sociais de produção e distribuição para alcançar o bem-estar social (SANTOS, R. S. *et al.*, 2017), de outro lado, os padrões imanentes de gestão que estruturam a tomada de decisão no modo de produção capitalista (SOUZA; CRISTALDO, 2017).

Essa dimensão macro se ocuparia de processos sociais amplos, como o Estado, o desenvolvimento econômico etc. (SANTOS, R. S.; GOMES, 2017). A questão do subdesenvolvimento brasileiro, por exemplo, é analisada como um duplo problema de (i) alocação [sub] racional de recursos do Estado e (ii) ausência de um projeto de nação (SANTOS, R. S. *et al.*, 2016). Inclusive, é a partir desse diagnóstico que se propõe uma nova administração política do desenvolvimento, tomando como fator indutor o aspecto distributivo capitaneado pelo Estado. Assim, dever-se-ia promover a distribuição de riquezas “para qualquer nível de renda (PQNR)” (SANTOS, R. S., 2010b, p. 22). Ou seja, em grande parte, uma das principais preocupações do movimento seria a mudança social, por meio do combate das injustiças distributivas do capitalismo (PAÇO CUNHA, 2019).

Também se registram críticas à argumentação do **MAP**. Queiroz (2015) demonstra que subjaz no campo a ideia *a priori* de que a função do Estado é a de promover o bem-estar social. Pressupõem que, além de ser apto, bastaria que a vontade política fosse substituída pela racionalidade da técnica. Já Cristaldo, M. M. Ribeiro e Pessina (2017) questionam a novidade da administração política, sugerindo que se trata de um tipo de adesão à economia keynesiana, apenas apresentada com termos e palavras-chave típicas da administração. Por sua vez, Paço Cunha (2019) afirma que elevar a gestão à centralidade da análise das relações sociais escamoteia as relações em si, tanto contribuindo para a manutenção dos processos de exploração, como levando o **MAP** a produzir uma crítica meramente reformista. Por sua vez, Cristaldo (2020a) contesta a ideia de que a administração política seja um estudo crítico, demonstrando que o paradigma funcionalista exerce muita influência no movimento. Cristaldo (2020b) ainda apresenta uma reflexão sobre o projeto de desenvolvimento da administração política, sugerindo que se trata de uma apropriação pouco inovadora e ainda carente de uma análise dos problemas políticos do desenvolvimento.

A despeito das críticas, a noção de administração política traz contribuições pertinentes, tanto para o campo da administração quanto para a coletividade. A primeira delas está em transcender da microgestão das organizações, em direção à uma macrogestão do Estado e das sociedades (QUEIROZ, 2015). Além disso, trata-se de uma tentativa de pensar a realidade brasileira com um aparato teórico construído a partir das problemáticas locais (PAÇO CUNHA, 2019), sem perder a perspectiva de integração com saberes forâneos (CRISTALDO; RIBEIRO, M. M.; PESSINA, 2017). Muito embora seja possível questionar o quanto a dimensão política é de fato apreciada no âmbito da administração pelo movimento (CRISTALDO, 2020a; 2020b), a concepção de administração política levanta a possibilidade de integração teórica dessas dinâmicas sociais, se apresentando como espaço onde a gestão interage com a tríade poder, interesses e dominação (SANTOS, E. *et al.*, 2014).

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nessa seção, relatam-se os procedimentos metodológicos deste trabalho. Para atender aos objetivos propostos, realizou-se um estudo bibliométrico quali-quantitativo. A proposta foi examinar a produção do movimento da administração política (MAP), para assim obter informações que possam subsidiar um panorama teórico-metodológico do campo.

Trataram-se de oito etapas de investigação, divididas em três fases. A primeira fase consistiu na prospecção dos trabalhos a serem analisados. Nesse caso, a premissa da qual se partiu foi a de que a produção do campo seria bem representada pelos artigos científicos publicados em periódicos científicos. Assim, não foram analisados livros, artigos de opinião e outros. Para chegar à base de dados, o procedimento se deu conforme a seguir:

1. **Identificação dos descritores** para orientar as buscas. Foi realizado um estudo exploratório a partir de cinco referências: o livro *Administração Política como Campo de Conhecimento* (SANTOS, R. S., 2009), mais os artigos de R. S. Santos e E. M. Ribeiro (1993), E. L. Santos (2017), R. S. Santos *et al.* (2009) e E. L. Santos *et al.* (2014). Chegou-se à conclusão de que o principal descritor de busca para pesquisa seria o termo composto “administração política”.
2. **Busca do termo “administração política”** em quatro bases na internet — *Scielo* <<https://scielo.org/>>, *Scopus* <<https://www.scopus.com/home.uri>>, *Spell* <<http://www.spell.org.br/>> e *Web of Science* <<http://www.spell.org.br/>> —, entre 1990 e junho de 2021, nos campos título, resumo e palavras-chave. Foram encontrados 25 artigos: *Scopus*, 1 (um); *Web of Science*, 0 (nenhum); *Spell*, 16 (quinze); *Scielo*, 8 (oito).
3. **Inclusão da Rebap**, que não faz parte das bases consultadas. Como esse periódico foi criado e mantido pelos pioneiros do campo (SANTOS, R. S., 2017), considerou-se que seu conteúdo seria muito representativo. Assim, repetiu-se no website da Rebap a busca

descrita no item dois — desde o primeiro número em 2008, até o v. 11, n. 1 de 2018, último publicado —, chegando a 84 artigos.

4. **Triagem dos achados:** os 109 artigos recuperados passaram por uma seleção. Primeiro foram excluídos os casos de duplicidade. Segundo, foram descartados trabalhos onde os termos “administração” e “política” não surgissem como um conceito composto, portanto não aderentes ao movimento.

Ao final da primeira fase, chegou-se ao universo total de 87 artigos científicos publicados em 12 diferentes periódicos. A segunda fase compreendeu a análise individual desse rol de artigos e a formação da base de dados.

5. **Contagem da produtividade.** Foi feita uma distribuição em série histórica do volume das publicações por ano, nos diferentes periódicos, desde 1993.
6. **Análise dos artigos e consolidação dos dados.** Cada artigo foi analisado manualmente — pois o sistema da Rebab não exporta arquivo .RIS e o .PDF de muitos dos textos encontrados estava configurado em formato de imagem, que impedia a consolidação em softwares de gerenciamento de referências —, compondo um arquivo de tabela eletrônica com os metadados dos artigos, mais informações metodológico-epistemológicas para caracterização do campo. Nessa etapa foi empregado o *software* Microsoft Excel 2016.

A terceira e última fase consistiu na análise dos dados consolidados.

7. **A análise dos metadados** para identificar: (i) os periódicos que oferecem maior visibilidade ao campo; (ii) os principais autores e referências; e (iii) os temas recorrentes. A análise dos temas recorrentes se deu por meio das palavras-chave atribuídas pelos autores, classificadas por categorias por aproximação temática. Dentre as principais referências foram identificados dois grupos: (i) autores pertencentes ao campo; e (ii) autores externos ao campo. O primeiro grupo proveu uma lista dos autores de dentro do MAP mais citados endogenamente; estes foram considerados os principais autores da

administração política. O segundo grupo foi composto a partir da lista dos teóricos recorrentes, que serviram como base para formulação do pensamento no campo, seja por adesão, síntese, aglutinação ou crítica. Ao identificar os autores principais, verificou-se que 25 dos 87 artigos selecionados para esta pesquisa eram de autoria desses pesquisadores. Daí, para chegar a uma caracterização do *core* do campo da administração política, repetiu-se *algumas* das análises para este grupo.

8. Todos os 87 artigos passaram também por uma **análise dos aspectos metodológicos e epistemológicos**. A partir desse expediente, os trabalhos foram avaliados em profundidade, individualmente, para então ser classificados de acordo com: (i) tipo de artigo científico (TRZESNIAK, 2014); (ii) abordagem de investigação, se qualitativa, quantitativa ou quali-quantitativa (SOUZA; KERBAUY, 2017); (iii) métodos ou procedimentos científicos (DEMO, 1995); e (iv) aproximação com uma matriz epistêmica, se analítica, hermenêutica, crítica ou híbrida (PAULA, 2016).

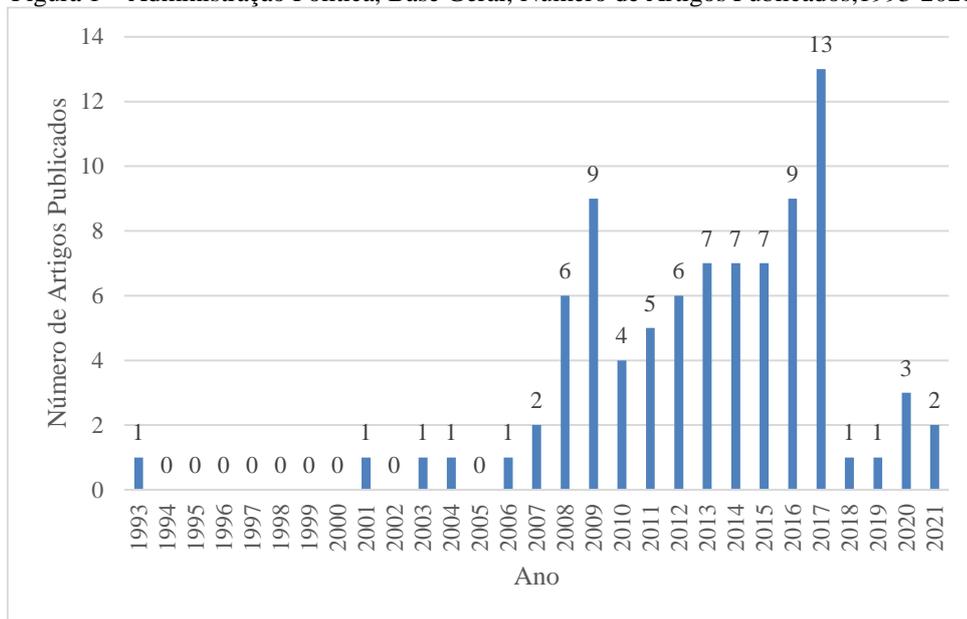
3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nessa seção são relatados os resultados alcançados, em cinco subseções: (i) recepção e publicações; (ii) principais referências e autores centrais; (iii) aspectos epistemológicos; (iv) temas recorrentes; e (v) aspectos metodológicos.

3.1 RECEPÇÃO E PUBLICAÇÕES

Conforme descrito na seção 2, o surgimento do conceito de administração política remonta ao início da década de 1990 (SANTOS, R. S.; RIBEIRO, E. M., 1993). No entanto, a formação do Movimento da Administração Política (**MAP**) se deu apenas nos anos 2000 (SANTOS, R. S., 2017). Uma forma de visualizar essa trajetória é por meio do volume da produção do **MAP** distribuída no tempo (vide Figura 1).

Figura 1 – Administração Política, Base Geral, Número de Artigos Publicados, 1993-2021



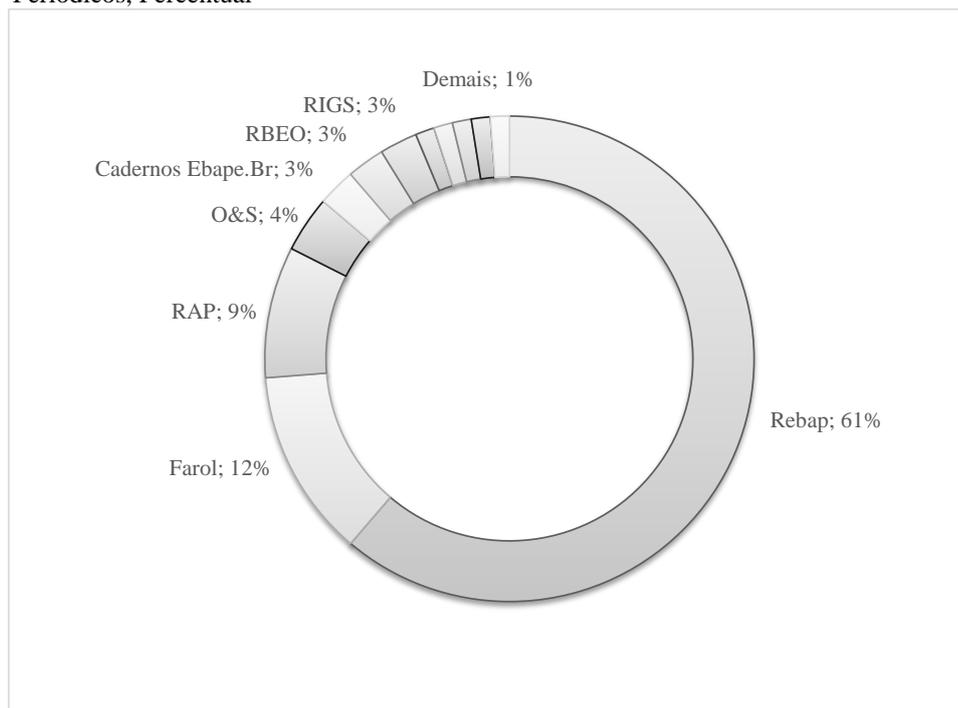
Fonte: elaboração própria, 2021.

Com base na Figura 1, é possível notar que a produção no campo da administração política se inicia tímida, com a publicação de um, no máximo dois artigos por ano. Em 2008 se observa um salto de produção, ano do surgimento da Rebp. Em 2017 aparece o pico dessa série histórica, com o número especial sobre administração política na Farol.

Do universo de 87 artigos analisados para este estudo, foram publicados: (i) 49 na Revista Brasileira de Administração Política (Rebp, ISSN: 2525-5495); (ii) dez na Farol — Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade (ISSN: 2358-6311); (iii) sete na Revista de Administração Pública (RAP, ISSN: 1982-3134); (iv) três na Organizações & Sociedade (O&S, ISSN: 1984-9230); (v) dois no Cadernos Ebape.Br (ISSN: 1679-3951); (vi) um da revista Administração Pública e Gestão Social (APGS, ISSN: 2175-5787); (vii) um na Revista Eletrônica de Administração (REAd, ISSN: 1413-2311); (viii) dois na Revista Brasileira de Estudos Organizacionais (RBEO, ISSN: 2447-4851); (ix) um na Revista Pensamento Contemporâneo em Administração (RPCA, ISSN: 1982-2596); (x) dois na Revista Interdisciplinar de Gestão Social (RIGS, ISSN 2317-2428); (xi) um na Revista Gestão e

Planejamento (G&P, ISSN: 1516-9103); e finalmente (xii) um na Revista Internacional de Investigación en Ciencias Sociales (RIICS, ISSN: 2226-4000) . Na Figura 2 a seguir é possível visualizar essa distribuição de publicações por periódicos.

Figura 2 – Administração Política, Base Geral, Distribuição da Publicação por Periódicos, Percentual



Fonte: elaboração própria, 2021.

O periódico que dá mais vazão à produção de conhecimento no campo da administração política é, sem embargo, a Rebap. A Farol vem em segundo lugar, graças ao dossiê publicado em 2017 que atraiu os dez (10) trabalhos encontrados. No *Qualis Periódicos* essas revistas, que concentram 73% da publicação sobre administração política, recebem apenas a classificação B5 e B4 respectivamente. Porém, não é possível afirmar que a produção do campo apresente pouca visibilidade, uma vez que artigos relacionados se encontram publicados em periódicos nacionais bem avaliados, como a RAP (*Qualis A2*), a O&S (*Qualis A2*), os Cadernos Ebape.Br (*Qualis A2*), entre outros. Apenas um *paper* foi publicado num periódico internacional, o paraguaio *RIICS*.

3.2 PRINCIPAIS REFERÊNCIAS E AUTORES CENTRAIS

As principais referências do campo foram encontradas por meio da enumeração e contagem das entradas de documentos em cada um dos 87 artigos analisados para este estudo, doravante referido como *base geral (BG)*. No total, foram relacionados 1829 (mil oitocentos e vinte nove) citações a 1053 (mil e cinquenta e três) diferentes trabalhos. Desse conjunto foram destacadas as 20 obras mais citadas (vide Quadro 1).

Quadro 1 – Administração Política, Base Geral, Obras Mais Citadas**

Obra	Autor(es)*	Tipo	Ano	Nº Citações
A administração política como campo de conhecimento	R. S. Santos (2009)	Livro	2003	39
Em busca da apreensão de um conceito para a administração política	R. S. Santos (2001)	Artigo	2001	33
A administração política brasileira	R. S. Santos e E. M. Ribeiro (1993)	Artigo	1993	29
Bases teórico-metodológicas da administração política	Santos, R., Ribeiro e Santos, T., 2009.	Artigo	2009	25
A nova ciência das organizações	Alberto Guerreiro Ramos	Livro	1981	19
A Riqueza das Nações	Adam Smith	Livro	1779	18
O jovem percurso da administração política	Gomes (2012)	Artigo	2012	16
Manifesto da Administração Política para o desenvolvimento do Brasil	R. S. Santos (2010b)	Artigo	2010	16
Keynes e a proposta de administração política do capitalismo	R. S. Santos (2010a)	Artigo	2008	16
O capital: crítica da economia política	Karl Marx	Livro	1865	15
Administração e política	João Ubaldo Ribeiro	Artigo	1969	12
A crise, o Estado e os equívocos da Administração Política do capitalismo contemporâneo	R. S. Santos <i>et al.</i> (2016)	Artigo	2016	12
Revisitando o conceito de administração política	E. M. Ribeiro (2008)	Artigo	2008	11
Princípios de administração científica	Frederick W. Taylor	Livro	1911	10
Teoria Geral do Juro, do Emprego e da Renda	John M. Keynes	Livro	1936	10
A ideologia alemã	Karl Marx; Friedrich Engels	Livro	1932	9
O manifesto do partido comunista	Karl Marx; Friedrich Engels	Livro	1848	9

Contribuições da Administração Política para o Campo da Administração	E. L. Santos <i>et al.</i> (2014)	Artigo	2014	8
As Possibilidades Econômicas de Nossos Netos	John M. Keynes	Livro	1931	8
A estrutura das revoluções científicas	Thomas S. Kuhn	Livro	1962	7

Fonte: elaboração própria, 2021.

* No caso das obras citadas neste artigo, optou-se por indicar a referência ao invés do nome completo do autor.

** As linhas sombreadas destacam trabalhos de autores que fazem parte do **MAP**.

Dos vinte trabalhos mais citados na **BG**, de autores que não pertencem ao **MAP**, seis são clássicos da economia política. Três aderem ao campo da administração, dos quais dois brasileiros — Guerreiro Ramos e João Ubaldo Ribeiro —, sendo que este último aparece graças a redescoberta de um artigo de sua autoria publicado nos anos 1960 (FACHIN; PINHO; SANTOS, R. S., 2014).

As obras mais citadas remetem a diferentes matrizes epistêmicas. Os trabalhos de Smith, Keynes e Taylor aparecem como um desdobramento do empirismo/utilitarismo inglês, se aproximando da matriz analítica. O mesmo pode-se dizer de Kuhn. Os trabalhos de Marx e Engels adeririam à matriz crítica. Já as obras de Guerreiro Ramos e João Ubaldo Ribeiro, por sua aproximação com o estruturalismo, poderiam ser arrolados no espectro da matriz hermenêutica (PAULA, 2016).

Os trabalhos de autores pertencentes ao **MAP** são a maioria: aproximadamente 65% do total das menções. Destes, o mais lembrado é R. Santos, com participação em oito trabalhos entre os 20 mais citados, ocupando as quatro primeiras posições e contribuindo com aproximadamente 57% do total das menções dentre os 20 trabalhos mais citados na **BG**.

Para melhor ilustrar as referências principais do **MAP**, as citações a diversos trabalhos de um mesmo autor foram enumeradas, dessa vez considerando todos os autores referenciados na base. Chegou-se assim a uma lista dos autores mais citados na **BG** (vide a Tabela 1).

Tabela 1 – Administração Política, Base Geral, Autores Mais citados, Nível de Autoria*

Autor	1º Autor	2º Autor	3º Autor	Total
Reginaldo S. Santos	211	3	-	214
Marx e Engels**	73	-	-	75
Elizabeth M. Ribeiro	14	58	-	72
Alberto Guerreiro Ramos	30	-	-	30
Fábio G. Gomes	26	3	-	29
Thiago Chagas S. Santos	-	-	29	29
John M Keynes	25	-	-	25
Maurício Tragtemberg	19	-	-	19
Adam Smith	17	-	-	17
Celso Furtado	16	-	-	16
Max Weber	14	-	-	14
István Mészáros	13	-	-	13
João Ubaldo Ribeiro	13	-	-	13
Luiz Carlos Bresser-Pereira	13	-	-	13
Elinaldo Leal Santos	13	-	-	13
Raúl Prebisch	12	-	-	12
Elcemir Paço Cunha	12	-	-	12
Genauto C. de França Filho	11	-	-	11
Frederick W. Taylor	10	-	-	10
João Bernardo	11	-	-	11

Fonte: elaboração própria, 2021.

* As linhas sombreadas destacam trabalhos de autores que fazem parte do **MAP**.

** As citações a trabalhos de autoria de Karl Marx e Friedrich Engels foram somadas — excluindo as sobreposições decorrentes de co-autoria —, pois é lícito afirmar que sua produção forma um sistema teórico.

Na Tabela 1, percebe-se a consolidação de algumas tendências já observadas no Quadro 1: (i) o autor R. Santos recebe mais citações, a grande maioria a partir de trabalhos nos quais contribui como primeiro ou único autor; (ii) fazem parte do rol de referências principais autores que podem ser classificados como aderentes às três diferentes matrizes epistêmicas (PAULA, 2016). Se aproximando da matriz analítica, 5 autores: Smith, Keynes, Bresser-Pereira, Prebisch, Taylor. Aderentes à matriz crítica, 5 autores: Marx e Engels (tratados aqui como uma unidade), Tragtemberg, Mészáros, Paço Cunha e Bernardo. E da matriz hermenêutica/fenomenológica, 5 autores: Guerreiro Ramos, Furtado, Weber, João Ubaldo Ribeiro e França Filho.

Por outro lado, esse expediente auxilia a identificar os autores pertencentes ao **MAP** que foram mais citados. Pode-se considerar, portanto, que esses são os autores centrais do campo, aos quais normalmente outros autores ligados ao movimento recorrem para embasar suas discussões e debates: R. S. Santos, E. M. Ribeiro, Gomes, T. C. Santos e E. L. Santos.

Notou-se que, dos 87 artigos analisados para este estudo, 25 são de autoria de ao menos um desses pesquisadores. Considerando que a maior parte das citações na **BG** fazem referência a trabalhos desses autores centrais, acredita-se que um exame desses textos caracteriza de maneira mais aprofundada os aspectos gerais do **MAP**. Ou, ao menos, explicita as características do *mainstream* do movimento em comparação à produção mais geral. Portanto, repetiram-se algumas das análises para os dois conjuntos de trabalhos: o universo de 87 artigos (a *base geral*, **BG**); e o conjunto dos 25 artigos dos *autores centrais* do campo, doravante *base de autores centrais* (**BAC**).

Quadro 2 – Administração Política, Base de Autores Centrais, Obras Mais Citadas**

Obra	Autor(es)*	Tipo	Ano	Nº Citações
A administração política como campo de conhecimento	R. S. Santos (2009)	Livro	2003	12
A Riqueza das Nações	Adam Smith	Livro	1982	10
A administração política brasileira	R. S. Santos e E. M. Ribeiro (1993)	Artigo	1993	10
Teoria Geral do Juro, do Emprego e da Renda	John Maynard Keynes	Livro	1983	8
Keynes e a proposta de administração política do capitalismo	R. S. Santos (2010a)	Artigo	2008	8
A nova ciência das organizações	Alberto Guerreiro Ramos	Livro	1981	6
Bases teórico-metodológicas da administração política	R. S. Santos, E. M. Ribeiro e T. C. Santos (2009)	Artigo	2009	7
As Possibilidades Econômicas de Nossos Netos	John Maynard Keynes	Livro	1931	5
O fim do laissez-faire	John Maynard Keynes	Capítulo	1984	5
A economia política contemporânea e o pouco que sabemos	R. S. Santos (1999)	Relatório	1999	5
Manifesto da Administração Política para o desenvolvimento do Brasil	R. S. Santos (2010b)	Artigo	2010	5
Em busca da apreensão de um conceito para a administração política	R. S. Santos (2001)	Artigo	2001	5

Dicionário de política	Noberto Bobbio; Nicola Matteucci; Gianfranco Pasquino	Léxico	1993	4
A estrutura das revoluções científicas	Thomas S. Kuhn	Livro	1996	4
Administração e contexto brasileiro	Alberto Guerreiro Ramos	Livro	1983	4
Administração e política	João Ubaldo Ribeiro	Artigo	2006	4
Administração industrial e geral	Henri Fayol	Livro	1958	3
Estado e planejamento econômico	Octávio Ianni	Livro	1965	3
A crise do Estado capitalista	James O'Connor	Livro	1977	3
Notas metodológicas para a concepção de uma nova política social para o Brasil	R. S. Santos (2002)	Artigo	2002	3

Fonte: elaboração própria, 2021.

* No caso das obras citadas neste artigo, optou-se por indicar a referência ao invés do nome completo do autor.

** As linhas sombreadas destacam trabalhos de autores que fazem parte do **MAP**.

No Quadro 2 relacionam-se as 20 obras mais citadas na **BAC**. Dentre as obras de autores que não fazem parte do movimento, uma é o léxico Dicionário de Política organizado por Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998), cuja inserção é pontual; esse trabalho e autores não exercem influência direta no arcabouço teórico da administração política.⁴ Por sua vez, Keynes contribui com três trabalhos entre os 20 mais citados, junto a Smith (um trabalho), Kuhn (um trabalho) e Fayol (um trabalho), todos esses mais próximos da matriz epistêmica analítica (PAULA, 2016). Se aproximando da matriz hermenêutica/fenomenológica, aparecem as referências a Guerreiro Ramos (dois trabalhos) e João Ubaldo Ribeiro (um trabalho) (PAULA, 2016). E, talvez aderentes à matriz crítica, aparecem trabalhos de Ianni (um trabalho) e

⁴ O dicionário de Bobbio é citado sobretudo pelos autores centrais do **MAP**, especificamente R. S. Santos e E. M. Ribeiro (1993), R. S. Santos (2001), R. S. Santos (2003) e E. M. Ribeiro (2008). Nesses trabalhos, em verdade, autores recorrem ao verbete “administração pública” (Pastori, 1998, p. 10), no qual o termo “administração política” (p. 15) aparece como um sinônimo de governança ou gestão pública. Por sinal, essa descrição foi descartada por esses autores, pois seria distante de seus intentos. Pode-se assumir, portanto, que o trabalho de Bobbio não faz parte das raízes teóricas da administração política.

O'Connor (um trabalho). É digno de nota uma ausência: os trabalhos de Marx e Engels, que tiveram destaque na lista do Quadro 1, não aparecem no Quadro 2.

Também se confirma a importância de R. Santos para o movimento. Esse pesquisador é o primeiro autor de todos os dez trabalhos do campo entre os 20 mais citados na **BAC**, além de ser a referência mais citada absolutamente. Também se realizou uma contagem da contribuição de referências por autor na **BAC** (vide Tabela 2).

Tabela 2 – Administração Política, Base de Autores Centrais, Autores Mais citados, Nível de Autoria*

Autor	1º Autor	2º Autor	3º Autor	Total
Reginaldo Souza Santos	80	1	-	81
Elizabeth Matos Ribeiro	3	18	-	21
John Maynard Keynes	20	-	-	20
Fábio Guedes Gomes	10	3	-	13
Alberto Guerreiro Ramos	12	-	-	12
Adam Smith	11	-	-	11
Marx e Engels	9	-	-	9
Thiago Chagas Santos	-	-	8	8
Max Weber	7	-	-	7
Celso Furtado	6	-	-	6
Marshal Dimmock	5	-	-	5
Maurício Tragtemberg	5	-	-	5
Jorge Alberto Sabato	5	-	-	5
Boaventura Souza Santos	4	-	-	4
James Burnham	4	-	-	4
João Ubaldo Ribeiro	4	-	-	4
Josef A. Schumpeter	4	-	-	4
Miguel P. Caldas	4	-	-	4
Noberto Bobbio	4	-	-	4
Thomas S. Kuhn	4	-	-	4

Fonte: elaboração própria, 2021.

* As linhas sombreadas destacam trabalhos de autores que fazem parte do **MAP**.

Dentre os 20 autores mais citados na **BAC**, os pesquisadores do movimento contribuem com 53% do total. R. S. Santos é o mais referenciado (35%). Já os autores externos ao campo, encontramos sete que podemos considerar como aderentes à matriz epistêmica analítica: Keynes, Adam Smith, Dimmock, Sabato, Burnham, Schumpeter e Kuhn. Mais próximos da

matriz hermenêutica/fenomenológica, aparecem seis autores: Guerreiro Ramos, Weber, Furtado, Souza Santos, João Ubaldo Ribeiro e Caldas. E, da matriz crítica, são dois: Marx e Engels (tratados aqui como uma unidade) e Tragtemberg (PAULA, 2016).

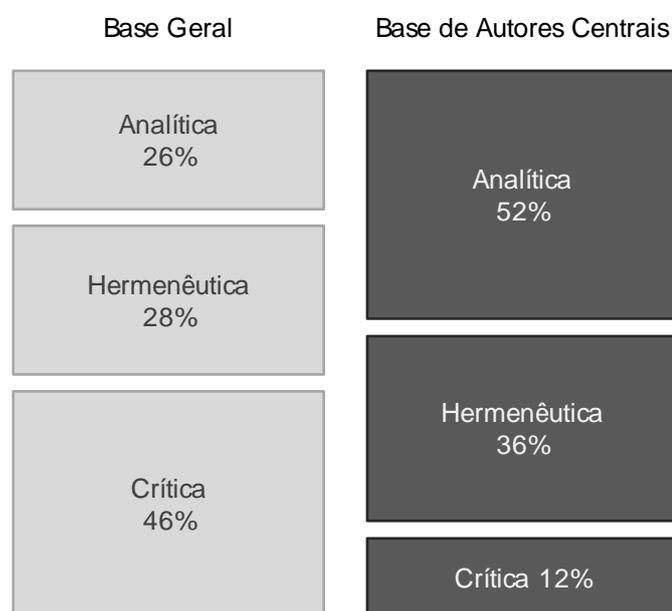
3.3 ASPECTOS EPISTEMOLÓGICOS

A caracterização dos aspectos epistemológicos da produção do **MAP** foi alcançada a partir da análise de sua aproximação às matrizes epistêmicas, segundo o modelo de Paula (2016). Partiu-se da premissa de que a citação reiterada a autores que trabalhem no espectro de uma matriz epistêmica em particular, indica diálogo com aquela matriz. Para chegar a essa informação, utilizou-se como indicador o percentual de referências externas que aderem às diferentes matrizes epistêmicas.

Considerando a base geral (**BG**), os autores representantes da matriz analítica responderam por 26% do total das citações. Já os representantes da matriz hermenêutica receberam 28%. Por fim, aqueles associados a matriz crítica receberam 46%. No entanto, é preciso ponderar que dentre os 20 autores mais referenciados nos artigos analisados, a maioria das citações (53%) foram de trabalhos dos cinco autores centrais do movimento. Para efeito de comparação, por exemplo, R. Santos recebeu mais citações (212) que todos da matriz crítica somados. Como se tratam dos autores pioneiros, mais prolíficos e influentes do **MAP**, buscou-se identificar a matriz epistêmica desse grupo.

Levando em conta a base de autores centrais (**BAC**), apenas dois representantes da matriz crítica aparecem entre os 20 autores mais citados, aproximadamente 12% das citações a referências externas ao campo. Por sua vez, são seis autores aderentes à matriz hermenêutica, aproximadamente 36%. A maioria das citações foram para os sete autores identificados com a matriz analítica, aproximadamente 52% (vide Figura 3).

Figura 3 – Administração Política, Base Geral, Base de Autores Centrais, Referências Externas, Percentual de Aderência por Matriz Epistêmica



Fonte: elaboração própria, 2021.

A partir do exposto, infere-se que: (i) a matriz analítica é dominante entre os autores centrais do **MAP**; (ii) porém, a matriz crítica exerce uma influência no movimento, sobretudo fora do *mainstream*. Nesse sentido, conclui-se que o Movimento da Administração Política é epistemologicamente heterogêneo e se apresenta como uma “abordagem sociológica híbrida” (PAULA, 2016, p. 26): transita entre as três matrizes epistêmicas, sendo dominante a analítica.

3.4 TEMAS RECORRENTES

Para encontrar os temas recorrentes na produção do **MAP**, primeiro foram levantadas as palavras-chave atribuídas pelos autores da base geral (**BG**). No entanto, essa contagem redundou em um grande número de termos com apenas uma única menção, referindo-se a temas próximos e até coincidentes uns com os outros. Para contornar essa questão, optou-se por agrupá-las por categorias (vide Tabela 3).

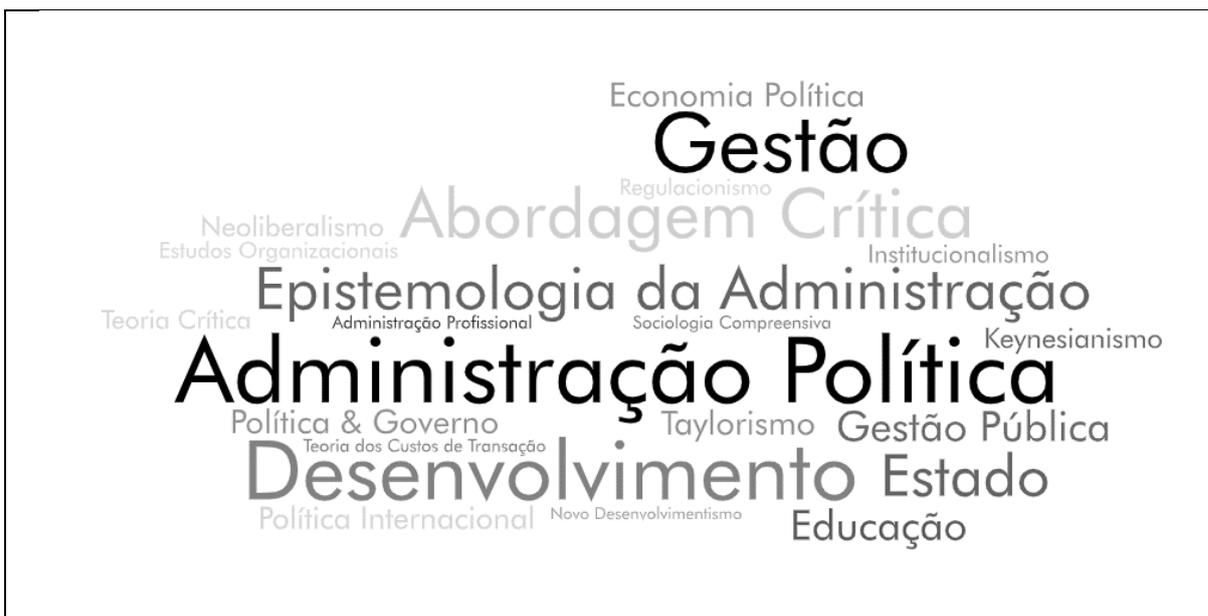
Tabela 3 – Administração Política, Base Geral, Temas Recorrentes por Categorias, Número de Menções

Temas	N. de Menções
Administração Política	81
Epistemologia e Ontologia da Administração	42
Estado, Governo e Política	33
Abordagem Crítica	29
Administração Pública	25
Gestão	26
Desenvolvimento	23
Educação	11
Economia Política	10
Política Internacional	9

Fonte: elaboração própria, 2020.

A categoria com mais menções foi a administração política, o que era esperado. Para além disso, inferem-se dois aspectos mais importantes: (i) grande parte das palavras-chave remetiam a fenômenos associados ao Estado, governo, política e administração pública (28%); (ii) confirma-se a preocupação com aspectos epistemológicos da administração, 24% das palavras-chave se dividem entre Epistemologia e ontologia da administração e da gestão. Além desses 10 temas recorrentes, foram identificados ainda menções marginais a autores e obras específicas (4), teorias diversas (10), temas pontuais sem qualquer relação com os demais ou entre si (12) e aos estudos organizacionais (2).

Figura 4 – Administração Política, Base Geral, Classes de Palavras-Chave Recorrentes, Teorias, Nuvem de Palavras



Fonte: elaboração própria, 2021.

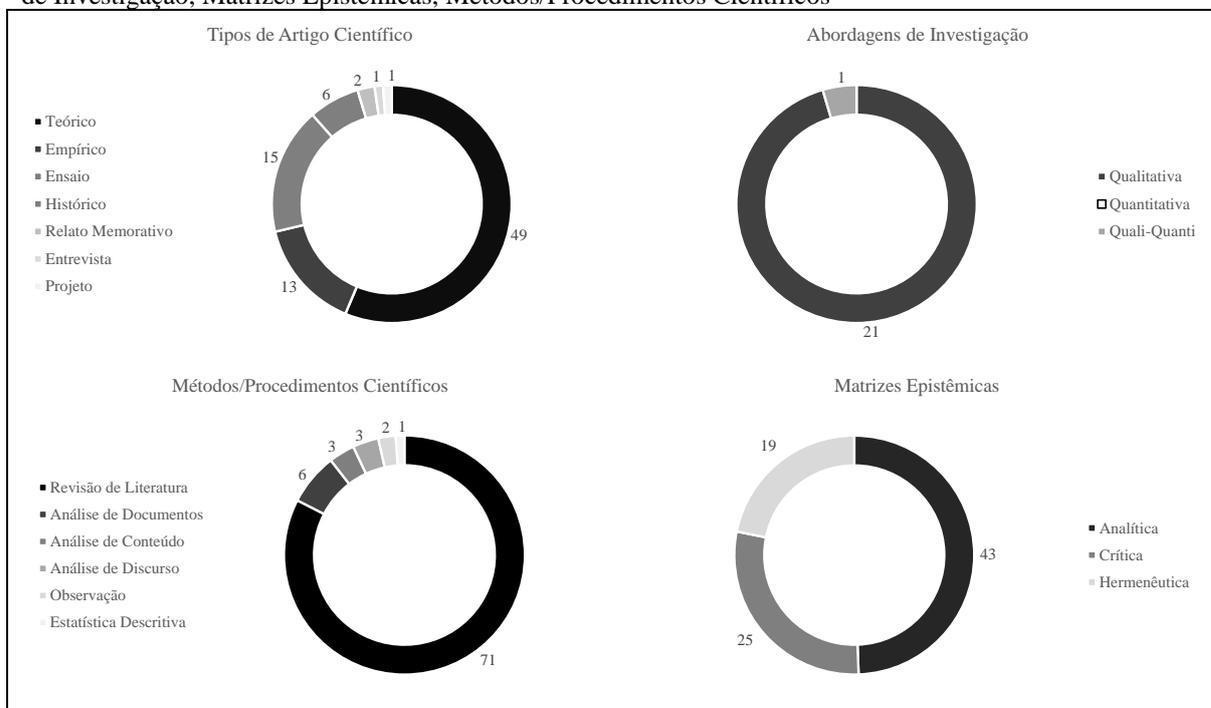
Na Figura 4 se apresenta uma nuvem das classes de palavras-chave recorrentes, somada às teorias mencionadas pelos diversos autores. Visualmente, reforça-se a conclusão de que temas referentes ao Estado e a gestão pública, bem como a epistemologia da administração, ocupam grande parte do interesse do **MAP**. Observa-se ainda um rol heterogêneo de fundamentos teóricos para o movimento, desde a teoria crítica, passando pelo regulacionismo, sociologia compreensiva, economia política, keynesianismo, institucionalismo, novo-desenvolvimentismo, até o taylorismo, entre outros. Isso reforça as conclusões de que o **MAP** é um campo heterogêneo, uma abordagem sociológica híbrida.

3.5 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Para caracterizar os aspectos metodológicos da produção do **MAP**, os artigos da base geral (**BG**) foram analisados de maneira aprofundada e classificados a partir dos seguintes indicadores: (i) tipo de artigo científico, se teórico, empírico, ensaio, entre outros; (ii) abordagem de investigação dos trabalhos empíricos identificados, se qualitativa, quantitativa

ou quali-quanti; (iii) métodos/procedimentos científicos empregados; (iv) aproximação com uma ou mais matrizes epistêmicas. Os resultados se encontram relatados na Figura 5 a seguir.

Figura 5 – Administração Política: Base Geral, Aspectos Metodológicos, Tipos de Investigação, Abordagens de Investigação, Matrizes Epistêmicas, Métodos/Procedimentos Científicos



Fonte: elaboração própria, 2020.

Nota-se que a maior parte da produção são de artigos teóricos (49) e ensaios (15): aproximadamente 74%. Um dado que indica se tratar de campo ainda em formação, no qual os conceitos, categorias e procedimentos se encontram em pleno debate. No que diz respeito aos estudos de campo — que representam a passagem das discussões teóricas para os testes de realidade (DEMO, 1995) — encontraram-se apenas 13 artigos declaradamente empíricos, 15% do total. Porém, identificou-se que também os estudos históricos e relatos memorativos da **BG** podem ser considerados empíricos, chegando a um total de 22 trabalhos, 25% do total.

Nestes trabalhos empíricos, a abordagem de investigação dominante é a qualitativa. Houve apenas um estudo que poderia ser classificado como quali-quanti e nenhuma pesquisa quantitativa. Os 13 artigos explicitamente empíricos se apresentaram também como estudos exploratórios, tipo de trabalho normalmente associado a estágios muito iniciais de investigação

(DEMO, 1995). Essas duas informações ressaltam o caráter ainda incipiente do desenvolvimento científico do **MAP** (SOUZA; KERBAUY, 2017), mesmo distante 26 anos da publicação do primeiro *paper* e 12 anos após a criação da RebaP (SANTANA; PIÁU, 2017).

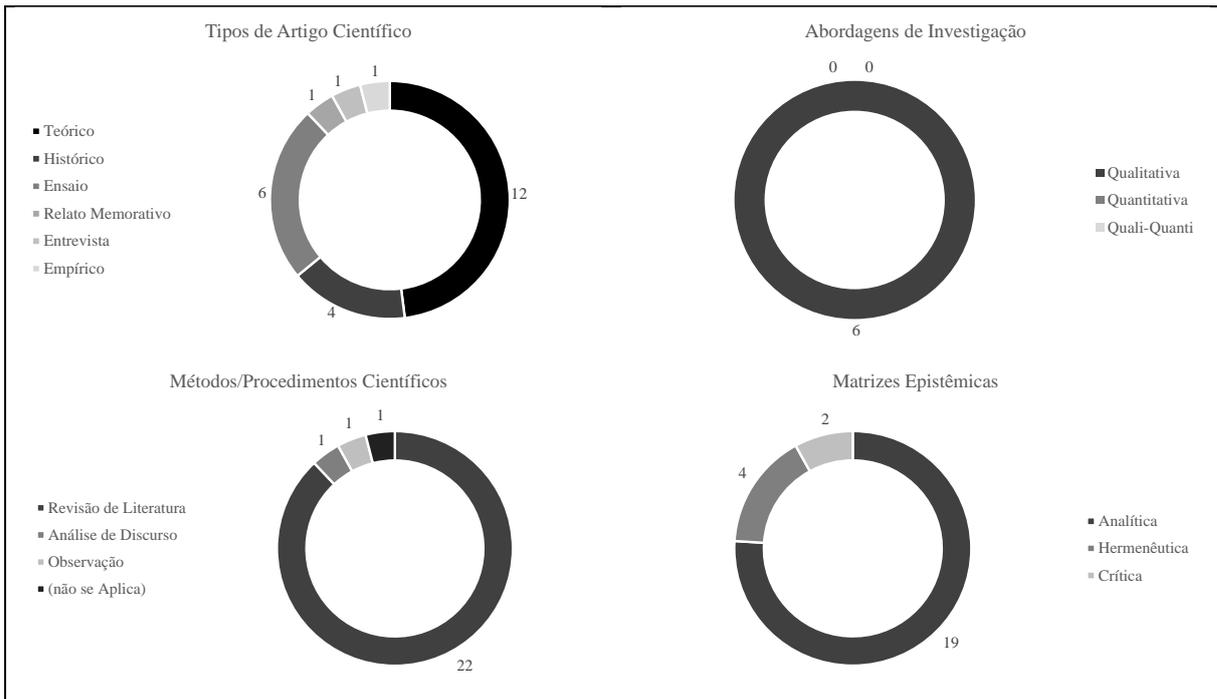
Os métodos/procedimentos científicos empregados reforçam a compreensão de que se trata de um campo em construção. Dos 87 artigos da **BG**, 71 (83%) se valeram da revisão de literatura como procedimento científico para elaboração de sua argumentação. Dentre os métodos de investigação empírica, registrou-se o uso de (i) análise de documentos (seis artigos), (ii) análise de conteúdo (três artigos), (iii) análise de discurso (três artigos), (iv) observação (dois artigos) e (v) estatística descritiva (um artigo), procedimentos que podem ser utilizados tanto em abordagens qualitativas, como quantitativas (DEMO, 1995).⁵

Os artigos também foram analisados de modo identificar qual seria a matriz epistêmica ao qual aderiria (PAULA, 2016). Para tanto, foram ponderados objeto, objetivos, referencial teórico e argumentação. Dos 87 artigos analisados, 43 (49%) podem ser considerados como aderentes à matriz analítica, 25 (29%) à matriz crítica e 19 (22%) à matriz hermenêutica. Os resultados confirmam o que foi relatado na subseção 4.3: a administração política na **BG** aparece como uma abordagem sociológica híbrida, heterodoxa, que procura referências e *insights* nas três diferentes matrizes epistêmicas, com predomínio da matriz analítica.

Com o intuito de melhor caracterizar o campo, essas mesmas análises foram realizadas na *base de autores centrais* (**BAC**). O resumo dos resultados consta na Figura 6.

Figura 6 – Administração Política: Base de Autores Centrais, Aspectos Metodológicos, Tipos de Investigação, Abordagens de Investigação, Matrizes Epistêmicas, Métodos/Procedimentos Científicos

⁵ Um dos artigos analisados se trata de uma entrevista com uma autoridade e, portanto, não apresenta um procedimento científico estruturado. Um outro foi construído como uma antologia de reflexões ensaísticas, também no formato de entrevista, sobre problemas da gestão pós-pandemia de Covid-19; da mesma forma, não apresenta um procedimento estruturado.



Fonte: elaboração própria, 2021.

Assim como na **BG**, a maior parte dos trabalhos da **BAC** foi de ensaios e artigos teóricos, sendo 18 (aproximadamente 72%). São seis os artigos derivados de estudos considerados empíricos — quatro estudos históricos, um relato memorativo e um trabalho assumidamente empírico —, 24% da **BAC**. Esses seis artigos também empregam abordagens qualitativas. O procedimento científico ao qual mais se recorreu foi a revisão de literatura, em 22 dos 25 artigos (88%). Essas informações corroboram a perspectiva de que o **MAP** se organiza em torno de um campo científico ainda nos primeiros estágios de formação.

De forma consistente com o observado na **BG**, foram identificados trabalhos que aderem às três diferentes matrizes epistêmicas. Os trabalhos da **BAC** são, em sua maioria, aderentes à matriz analítica (aproximadamente 76%), sendo que quatro artigos se aproximam mais da matriz hermenêutica (16%) e apenas dois dialogam com a matriz crítica (8%). Assim, reforça-se a conclusão de que, também para esse grupo de trabalhos, a administração política se configura como uma abordagem sociológica híbrida, com predominância da matriz analítica.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo foi elaborado com o objetivo de desenhar um panorama da produção científica do Movimento da Administração Política (**MAP**). Para atingir essa meta, foi realizado um estudo bibliométrico quali-quantitativo para (i) identificar o volume e a vazão dos trabalhos do campo, bem como (ii) analisar aspectos metodológicos e epistemológicos da produção do **MAP**. A delimitação temporal do estudo foi entre 1993 — surgimento do primeiro trabalho publicado do movimento — e junho de 2021.

Na segunda seção apresentou-se uma breve recuperação do histórico e das ideias centrais do **MAP**. Destacou-se, sobretudo, que se trata de uma proposta de compreensão dos papéis macroestruturais da gestão (SANTOS, R. S. *et al.*, 2017), procurando se firmar como novo campo de conhecimento (SANTOS, R. S. *et al.*, 2009). Embora tenham surgido críticas quanto a abordagem do Estado (QUEIROZ, 2015), novidade (CRISTALDO; RIBEIRO, M. M.; PESSINA, 2017), reformismo (PAÇO CUNHA, 2019) e mesmo sobre a proximidade com o funcionalismo (CRISTALDO, 2020) do movimento, destacam-se suas virtudes: (i) a transcendência da análise micro para a análise macro na administração; bem como (ii) a formulação de um arcabouço teórico original para melhor compreender as especificidades do capitalismo no Brasil.

A terceira seção foi dedicada a explicitar os procedimentos metodológicos da pesquisa conduzida, um estudo bibliométrico que associa as abordagens qualitativa e quantitativa. Na quarta seção apresentaram-se os resultados.

O panorama traçado demonstra que: (i) a produção no campo da administração política se avoluma a partir de 2008 com a criação da *Rebap* — sendo este o periódico que dá mais vazão às publicações do movimento —; (ii) o rol de principais referências utilizadas, tanto nos trabalhos da base geral (**BG**) como na base de autores centrais (**BAC**), indica que o movimento colhe influências de autores aderentes às diferentes matrizes epistêmicas; (iii) predominam as

citações a autores e obras tipicamente relacionadas com a matriz analítica; (iv) a análise das palavras-chave revela uma maior preocupação do campo com os temas de “Estado, governo e política”, “administração pública” e “desenvolvimento” — além da própria administração política —, sendo estes os mais mencionados.

No que concerne às questões metodológicas, observou-se que: (i) a maioria dos artigos são teóricos ou ensaios; (ii) os artigos empíricos, a minoria, empregam predominantemente abordagens qualitativas de investigação; (iii) o principal procedimento metodológico empregado no campo, por uma distante margem, é a revisão de literatura. As mesmas tendências metodológicas se observam na **BG** e na **BAC**, sendo que nessa última de forma mais acentuada.

Os aspectos epistemológicos aqui foram representados pela (i) influência de autores e obras e pela (ii) classificação individual dos artigos. A fundamentação teórica para essa análise partiu do círculo das matrizes epistêmicas (PAULA, 2016). O rol de referências do **MAP** indica a influência de autores e obras aderentes às três matrizes epistêmicas — analítica, hermenêutica e crítica —, com predominância da matriz analítica. No entanto, na **BG** identificou-se que a matriz crítica exerce uma maior influência direta (46% das citações); porém, como os autores da **BAC** respondem por mais da metade das referências da **BG**, assumiu-se que a matriz analítica exerce uma forte influência indireta. Isto, pois na **BAC** a matriz analítica recebe 52% das citações.

Isso se confirmou no julgamento individual dos artigos. Na **BG**, 49% dos artigos foram classificados como predominantemente aderentes à matriz analítica. Já na **BAC**, 76% dos artigos foram identificados como mais próximos da matriz analítica. Ainda assim, a presença de artigos aderentes às matrizes crítica e hermenêutica tanto na **BG** como na **BAC**, indicam que existe no **MAP** um diálogo entre essas diferentes abordagens epistemológicas. É justo, portanto,

afirmar que a administração política se configura como uma *abordagem sociológica híbrida* (PAULA, 2016), com predominância da matriz analítica.

Nesse sentido, chega-se à conclusão de que, embora a administração política apresente contribuições teóricas potencialmente importantes, ainda carece de estudos empíricos que demonstrem sua capacidade de explicar a realidade. Tanto a maior parte dos estudos são teóricos, como os poucos estudos empíricos se apresentam como trabalhos exploratórios de orientação qualitativa. Como o processo de desenvolvimento teórico da administração política não demonstrou, em termos de publicações, a capacidade de fazer a mediação entre os conceitos teóricos e as dimensões empíricas por meio de indicadores, pode-se afirmar ainda que se trata de um campo ainda nos primeiros estágios de formação. O que não invalida, por si, os esforços, mas exige o desenvolvimento de testes empíricos que consolidem a proposta.

Podem-se apresentar, como limitações deste estudo, duas características principais. A primeira é que não foram cotejados para este trabalho artigos publicados em eventos, livros, teses e dissertações. Talvez a análise dessas fontes alternativas venha a acrescentar informações sobre o **MAP** aqui não contempladas; muito embora também seja possível argumentar que a representação por excelência da importância de uma teoria ou temática se dá por meio da publicação de artigos em periódicos indexados (TRZESNIAK, 2014). A segunda, é que se trata de um estudo bibliométrico de caráter descritivo. Como o objetivo não foi o de tecer uma investigação de caráter explicativo acerca do surgimento e desenvolvimento do **MAP**, seja por meio de análise de conteúdo, discurso ou outra metodologia de aprofundamento qualitativo, essas alternativas de pesquisa ficam em aberto. No entanto, acredita-se aqui que o presente trabalho se firma como uma base mínima necessária para estudos dessa natureza.

O surgimento de uma teoria de explicação do Estado capitalista a partir da gestão (SANTOS, R. S. *et al.*, 2017) é, em si, um acontecimento digno de nota. Ainda mais ao conduzir esse objetivo *pari passu* uma reflexão epistemológica (SANTOS, E. L. *et al.*, 2017) e ontológica

(PAÇO CUNHA, 2019) da administração, aprofundando teoricamente o campo na contramão de seu curso dominante (JUSTEN; DELLAGNELO, 2018). Se o **MAP** recebeu duras críticas (CRISTALDO, 2020a; 2020b; CRISTALDO; RIBEIRO, M. M.; PESSINA, 2017; QUEIROZ, 2015; PAÇO CUNHA, 2019), foi porque ousou objetivos grandiosos. Afinal, não é possível alcançar feitos de envergadura sem correr grandes riscos. A proposta do movimento, a de oferecer uma teoria da macrogestão como processo estruturante do capitalismo, é imprescindível. Porém, a produção do Movimento da Administração Política ainda carece de refinamento epistemológico e metodológico.

REFERÊNCIAS

- CRISTALDO, R. C. Administração política e os estudos organizacionais. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, v. 7, n. 1, p. 34-75, jan./maio 2020a. Disponível em: <https://rbeo.emnuvens.com.br/rbeo/article/view/377>. Acesso em: 12 ago. 2020.
- CRISTALDO, R. C. Apontamentos para uma crítica da administração política como estratégia para o desenvolvimento. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, v. 9, n. 2, p. 105-129, set./dez. 2020b. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.9771/23172428rigs.v9i3.33703>. Acesso em: 16 jul. 2021
- CRISTALDO, R. C.; PEREIRA, C. M. A administração política e a gestão do modo de produção: processos gestoriais desde a organização produtiva do trabalho até a economia-mundo capitalista. **Revista Brasileira de Administração Política**, v. 1, n. 1, p. 71-94, out. 2008. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/rebap/article/download/15483/10624>. Acesso em: 29 jan. 2019.
- CRISTALDO, R. C.; RIBEIRO, M. M.; PESSINA, M. E. H. Administração política e novo desenvolvimentismo: alternativas ou continuidade? **Farol — Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, v. 4, n. 10, p. 600-662, ago. 2017. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/farol/article/view/3923>. Acesso em: 12 jan. 2019.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1995.



- FACHIN, R.; PINHO, J. A. G. de; SANTOS, R. S. Homenagem a João Ubaldo Ribeiro. **Organizações & Sociedade**, v. 21, n. 71, p. 553-562, out./dez. 2014. Disponível: <https://doi.org/10.1590/S1984-92302014217100002>. Acesso em: 13 fev. 2019.
- GOMES, F. G. O jovem percurso da administração política. **Revista de Administração Pública**, v. 46, n. 1, p. 7-24, jan./fev. 2012. Disponível em: <http://dspace.xmlui/bitstream/item/10033/5629.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2016.
- JUSTEN, C. E.; DELLAGNELO, E. H. L. A política do *mainstream* dos estudos organizacionais frente ao político: ofensiva neoliberal à burocratização das relações sociais. **Farol — Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, v. 5, n. 13, p. 638-683, ago. 2018. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/farol/article/view/4224>. Acesso em: 04 jan. 2019.
- JUSTEN, A. *et al.*. Administração política: por uma agenda de pesquisa marxista. **Farol — Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, v. 4, n. 10, p. 664-760, ago. 2017. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/farol/article/view/4010/2479>. Acesso em: 12 jan. 2019.
- KLIKAUER, T. **Managerialism: A Critique of an Ideology**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2013.
- KLIKAUER, T. A preliminary theory of managerialism as an ideology. **Journal for the Theory of Social Behaviour**, n. 4, v. 49, p. 421-442, 2019. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/jtsb.12220>. Acesso em: 15 set. 2020.
- MEDEIROS, I. L. *et al.*. Revisão sistemática e bibliometria facilitadas por um *canvas* para visualização de informação. **InfoDesign — Revista Brasileira de Design da Informação**, v. 12, n. 1, p. 93-110, 2015. Disponível em: <https://www.infodesign.org.br/infodesign/article/download/341/213>. Acesso em: 28 jan. 2019.
- PAÇO CUNHA, E. Centralidade da gestão do estado como limite da razão política ou para uma crítica da administração política. **Revista Eletrônica de Administração**, v. 25, n. 2, p. 150-178, maio 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1413-2311.237.809126>. Acesso em: 13 jan. 2020.
- PASTORI, G. Administração pública. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. Tradução João Ferreira. Brasília: Editora UNB, 1998. p.10-17.
- PAULA, A. P. P. de. Para além dos paradigmas nos estudos organizacionais: o círculo das matrizes epistêmicas. **Cadernos Ebape.Br**, v. 14, n. 1, p. 26-46, jan./mar. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1679-395131419>. Acesso em: 6 jan. 2017.

- QUEIROZ, H. A. de. Administração política e Guerreiro Ramos. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, v. 2. n. 2, p. 263-287, dez.2015. Disponível em: <https://doi.org/10.21583/2447-4851.rbeo.2015.v2n2.56>. Acesso em: 15 jun. 2019.
- RIBEIRO, E. M. Revisitando o conceito de administração política. **Revista Brasileira de Administração Política**, v. 1, n. 1, p. 7-18, out. 2008. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/rebap/article/view/15479/10619>. Acesso em: 6 jan. 2019.
- SANTANA, W. G. P.; PIÁU, D. D. N. D. Administração política no “sertão da ressaca”: a trajetória de um grupo de pesquisa. **Farol — Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, v. 4, n. 10, p. 1000-1018, ago. 2017. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/farol/article/view/3985>. Acesso em: 23 fev. 2019.
- SANTOS, E. L. *et al.*. Administração política: ensino, pesquisa e prática. **Farol — Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, v. 4, n. 10, p. 506-524, ago. 2017. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/farol/article/view/4217/2476>. Acesso em: 3 set. 2018.
- SANTOS, E. L. *et al.*. Contribuições da administração política para o campo da administração. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, v. 3, n. 3, p. 183-200, maio/ago. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.9771/23172428rigs.v3i2.9894>. Acesso em: 3 set. 2018.
- SANTOS, R. S. (Org.). **A administração política como campo do conhecimento**. São Paulo: Mandacaru, 2009a.
- SANTOS, R. S. **A economia política contemporânea e o pouco que sabemos**. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa/Instituto de Economia e Gestão, 1999.
- SANTOS, R. S. A integração do plano analítico: os estudos no campo da administração política. **Farol — Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, v. 4, n. 10, p. 1000-1018, ago. 2017. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/farol/article/view/4015/2484>. Acesso em: 23 fev. 2019.
- SANTOS, R. S. Em busca da apreensão de um conceito para administração política. **Revista de Administração Pública — RAP**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 5, p. 49-77, set./out. 2001.
- SANTOS, R. S. *et al.*. A crise, o Estado e os equívocos da administração política do capitalismo contemporâneo. **Cadernos Ebape.Br**, v. 14, n. 4, out./dez. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1679-395130795>. Acesso em: 18 mar. 2018.
- SANTOS, R. S. *et al.*. Administração política e políticas públicas: em busca de uma nova abordagem teórico-metodológica para a (re)interpretação das relações sociais de produção, circulação e distribuição. **Cadernos Ebape.Br**, v. 15, n. 4, out./dez. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1679-395155017>. Acesso em: 18 mar. 2018.

- SANTOS, R. S. **Keynes e a proposta de administração política para o capitalismo**: uma crítica aos pressupostos da externalidade do Estado e da crise fiscal. São Paulo: Hucitec, 2010a.
- SANTOS, R. S. **Manifesto da Administração Política para o desenvolvimento do Brasil**: Garanhuns/PE. (Mimeo). Salvador, janeiro de 2010b.
- SANTOS, R. S. Nota de esclarecimento. In: SANTOS, R. S. (Org.). **A administração política como campo do conhecimento**. São Paulo: Mandacaru, 2009b. p. 17-20.
- SANTOS, R. S. Notas metodológicas para a concepção de uma nova política social para o Brasil. **Revista de Administração Política**, v. 36, n. 6, p. 933-957, nov./dez. 2002. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/viewFile/6470/5054>. Acesso em: 15 ago. 2019.
- SANTOS, R. S.; GOMES, F. G. **Outro modo de interpretar o Brasil**: ensaios de administração política. São Paulo: Hucitec / Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2017.
- SANTOS, R. S.; RIBEIRO, E. M. A administração política brasileira. **Revista de Administração Pública**, v. 27, n. 4, p. 919-41, out./dez. 1993. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1679-395155017>. Acesso em: 15 ago. 2019.
- SANTOS, R. S.; RIBEIRO, E. M.; SANTOS, T. C. Bases teórico-metodológicas da administração política. **Revista de Administração Pública**, v. 43 n. 4, p. 919-41, jul./ago. 2009. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122009000400008>. Acesso em: 15 ago. 2011.
- SAROKIN, D.; SCHULKIN, J. **The Corporation**: its history and future. Newcastle: Cambridge Scholars Publishing, 2020.
- SERVA, M. Epistemologia da administração no Brasil: o estado da arte. **Cadernos Ebape.Br**, v. 15, n. 4, p. 740-750, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1679-395173209>. Acesso em: 12 maio 2019.
- SOUZA, K. R.; KERBAUY, M. T. M. Abordagem quanti-qualitativa: superação da dicotomia quantitativa-qualitativa na pesquisa em educação. **Educação e Filosofia**, v. 31, n. 61, p. 21-44, jan./abr. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/REVEDFIL.issn.0102-6801.v31n61a2017-p21a44>. Acesso em 12 jun. 2020.
- SOUZA, M. de O. A administração política do poder nacional: uma proposta para a formatação de um modelo de análise cratológica. **Revista Brasileira de Administração Política**, v. 11, n. 1, p. 23-41, abr. 2018. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/rebap/article/view/37379>. Acesso em: 15 ago. 2020.

SOUZA, S. S. de; CRISTALDO, R. C. A institucionalização da educação a distância em duas universidades públicas baianas: a Universidade Federal da Bahia e a Universidade do Estado da Bahia. **Revista Brasileira de Administração Política**, v. 10, n. 1, p. 73-97, abr. 2017. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/rebap/article/download/25795/15658>. Acesso em: 15 mar. 2019.

TRZESNIAK, P. Hoje vou escrever um artigo científico: a construção e a transmissão do conhecimento. In: KOLLER, S. H.; COUTO, M. C. P. de P.; HOHENDORFF, J. von (Org.). **Manual de produção científica**. Porto Alegre: Penso, 2014. p. 15-38.